MARIA SILVIA LOUREIRO DE ANDRADE MARQUES

**Boa-fé na revisão dos contratos coletivos empresariais
de assistência à saúde**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Doutor Eduardo Tomasevicius Filho

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

MARIA SILVIA LOUREIRO DE ANDRADE MARQUES

**Boa-fé na revisão dos contratos coletivos empresariais
de assistência à saúde**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Associado Doutor Eduardo Tomasevicius Filho

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Marques, Maria Silvia Loureiro de Andrade

Boa-fé na revisão dos contratos coletivos empresariais de assistência à saúde / Maria Silvia Loureiro de Andrade Marques; Orientador Eduardo Tomasevicius Filho. – São Paulo, 2020.

112 fls.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Direito à saúde – 2. Saúde Suplementar – 3. Plano de saúde coletivo empresarial – 4. Contrato relacional – 5. Contrato cativo de longa duração – 6. Boa-fé objetiva – 7. Revisão contratual. I. Tomasevicius Filho, Eduardo, orient. II. Título.

Nome: Marques, Maria Silvia Loureiro de Andrade.

Título: Boa-fé na revisão dos contratos coletivos empresariais de assistência à saúde.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

RESUMO

Esta dissertação tem como tema a aplicação do princípio da boa-fé objetiva na revisão de contratos coletivos empresariais de assistência à saúde. Após breve exposição do processo histórico de reconhecimento do direito à saúde pela Constituição Federal de 1988 e desenvolvimento do setor de saúde suplementar no Brasil, inicia-se a investigação da natureza jurídica dessa nova figura contratual e elementos de outros contratos típicos que a compõem e sua classificação como contrato existencial em razão da essencialidade do direito envolvido nesses contratos. Após breve explanação a respeito da complexidade do vínculo obrigacional e do efeito do tempo, são expostas as teorias relativas aos contratos relacionais e cativos de longa duração. Concluída essa análise preliminar, adentra-se na análise da boa-fé e dos deveres anexos de conduta dela decorrentes de coerência, informação e cooperação assumidos pelas partes que participam dessa relação contratual envolvendo tão relevante direito fundamental. Por fim, faz-se uma análise da boa-fé como vetor da revisão dos contratos coletivos empresariais de assistência à saúde, o dever de renegociação envolvendo as partes contratantes voltado ao reequilíbrio e adequação do programa econômico contratual, tratando também da teoria da exceção da ruína aplicada pela jurisprudência pátria. Por fim, é feita uma reflexão a respeito do uso exagerado do princípio da boa-fé para a alteração das condições contratuais originalmente pactuadas, em detrimento da legislação e regulamentação vigentes aplicáveis a esses contratos.

Palavras-chave: Direito à saúde – Saúde Suplementar – Plano de saúde coletivo empresarial – Contrato relacional – Contrato cativo de longa duração – Boa-fé objetiva – Revisão contratual.

ABSTRACT

This work addresses the applicability of the principle of objective good-faith to the review of corporate collective healthcare contracts. After a brief overview of the history of the 1988 Constitution's acknowledgment of the right to health and the country's healthcare industry developments, this work focuses on the legal aspects of this new contractual mechanism and of elements found in other typical contracts that are akin to it, then analysing their classification as existential contracts on account of the essential aspect of the right involved in those contracts. After a brief explanation of the complexities involved in the obligational relations and the effects of time, this work elaborates on the theories related to long-term captive and relational contracts. After these preliminary considerations, this work analyses the good-faith and its ancillary obligations of conduct in terms of coherence, disclosure and cooperation undertaken by the parties to this contractual relation, considering that such a relevant fundamental right is into play. Finally, this work analyses good-faith as a driver for review of corporate collective healthcare plans, the parties' duty to renegotiate with a view to rebalancing and adapting the contractual economic conditions; further, this work will address the theory of exception to avoid the effects of the debtor's ruin, as applied in Brazilian court precedents. Some final considerations are then made about the overuse of the principle of good-faith in efforts to change the original contractual conditions, at the expense of current laws and regulations applying to those contracts.

Keywords: Right to Health – Private Healthcare – Corporate Collective Healthcare Plan – Relational Contract – Long-Term Captive Contract – Objective Good-Faith – Contract Review.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	10
1. O DIREITO À SAÚDE E O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR NO BRASIL	14
1.1. A história de regulamentação do setor	19
1.2. O papel da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS	23
1.3. Definição legal de planos privados de assistência à saúde e suas modalidades de contratação	28
1.3.1. Planos individuais ou familiares	33
1.3.2. Planos coletivos por adesão	34
1.3.3. Planos coletivos empresariais	35
2. NATUREZA HÍBRIDA DOS CONTRATOS COLETIVOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	41
2.1. Características de prestação de serviços.....	42
2.2. Elementos relacionados ao contrato de seguro	47
2.3. Aspectos de estipulação em favor de terceiro.....	51
2.4. Atipicidade mista dos contratos coletivos empresariais de assistência à saúde	56
2.5. Os planos coletivos empresariais de assistência à saúde dentro da nova dicotomia contratual: contratos existenciais ou empresariais?	58
3. A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS COLETIVOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E O IMPACTO DO TEMPO	63
3.1. A teoria dos contratos relacionais	65
3.2. A teoria dos contratos cativos de longa duração.....	67
3.3. O efeito do tempo na execução dos contratos coletivos de assistência à saúde	67
4. A BOA-FÉ NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS COLETIVOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	69

4.1. Os deveres da boa-fé	74
4.1.1. Coerência	76
4.1.2. Informação	77
4.1.3. Cooperação	78
5. REVISÃO DOS PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.....	81
5.1. A violação do princípio da boa-fé objetiva e a revisão para o reequilíbrio contratual.....	81
5.2. Dever de renegociação	88
5.3. A teoria da exceção da ruína em casos envolvendo planos coletivos empresariais de assistência à saúde.....	91
5.4. Reflexões quanto à aplicação do princípio da boa-fé objetiva pela jurisprudência pátria	95
CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
BGB	Bürgerliches Gesetzbuch (Código Civil Alemão)
CC	Código Civil
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CF	Constituição Federal de 1988
CFOAB	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNS	Confederação Nacional de Saúde – Hospitais, Estabelecimentos e Serviços
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
Consu	Conselho de Saúde Suplementar
LOS	Lei Orgânica da Saúde
MP	Medida Provisória
NTRP	Nota Técnica de Registro de Produto
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
Procon	Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
SNSP	Sistema Nacional de Seguros Privados
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
Susep	Superintendência de Seguros Privados
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

INTRODUÇÃO

Recentemente, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou um estudo no qual se constatou que, pela primeira vez na História, há mais idosos do que crianças no mundo: são 705 milhões de pessoas acima de 65 anos contra 680 milhões de pessoas com até 4 anos de idade. O estudo da ONU indica, ainda, um crescente desequilíbrio entre idosos e jovens até 2050, quando deverá haver duas pessoas com mais de 65 anos para uma com até 4 anos de idade.

No Brasil, o cenário não é diferente: a população idosa apresentou um crescimento de 18% entre 2012 e 2017, chegando à marca de 30,2 milhões, crescendo em todos os Estados, segundo levantamento do IBGE. A perspectiva é de que esse número aumente para 67 milhões em 2050¹.

O fim do bônus demográfico que vivemos até o final do século XX bate à porta e exige uma radical reestruturação dos sistemas de saúde, de forma que ele seja capaz de dar assistência – seja no âmbito público, seja no âmbito privado – a toda a população mundial.

Em contrapartida, os recursos disponibilizados pelos sistemas de saúde de todo o mundo têm um custo, suportado pelo Estado (por intermédio de recursos coletados por impostos, taxas e contribuições) ou pelo próprio indivíduo. A reunião de pessoas para a contratação desses serviços é comum, visto que ela viabiliza economicamente a utilização de recursos coletados em benefício daqueles que necessitam dos serviços de saúde.

Quando da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF), vislumbrou-se a coexistência dos sistemas público e privado no Brasil, visto que já havia diversas empresas atuando no mercado de saúde, tendo outras empresas como clientes. Essas empresas, buscando dar maior atratividade às posições que ofereciam, contratavam os serviços privados de assistência à saúde como um diferencial. O mercado cresceu, foi regulamentado, e hoje se revela essencial para garantir o direito à saúde no Brasil.

Fazendo um recorte quanto aos planos coletivos empresariais – aqueles contratados por pessoas jurídicas (empresas) em benefício de pessoas que com elas mantenham vínculo empregatício ou estatutário –, é possível fazer uma análise mais apurada de como a nova

¹ PARADELLA, Rodrigo. Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. *Agência IBGE*. 26 de abril de 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 12 jan. 2020.

dinâmica contratual se desenvolve nesse campo tão relevante da sociedade: a que busca a preservação da saúde, da vida e da dignidade humana, direitos fundamentais ao ser humano.

Nesse campo obrigacional – em que os avanços da tecnologia causam tanto impacto em termos de qualidade de cobertura e, na maior parte das vezes, aumento de seu custo – é possível verificar uma constante preocupação com a conduta de seus participantes, de forma a garantir os direitos envolvidos. A solidariedade já caracteriza a própria natureza do veículo contratual utilizado para viabilizar o acesso a serviços dessa natureza. A empresa contrata o serviço de assistência à saúde junto a uma operadora para que estes, de forma conjunta, consigam melhores resultados e viabilizem a assunção do custo desse serviço.

Não basta viver, há que se viver com saúde. O setor de saúde suplementar já sente os impactos da alteração dessa variável essencial. Quanto mais idosa a pessoa, maiores tendem a ser os riscos relacionados aos gastos com a sua saúde. Como a tarificação dos planos de saúde está, em geral, vinculada à faixa etária dos beneficiários – único critério admitido pela legislação para mitigar a seleção adversa que impacta esse tipo de contrato –, muito se discute sobre a relação mantida entre operadoras e beneficiários, majoritariamente, intermediada por pessoas jurídicas por meio de contratações coletivas, seja de caráter empresarial, seja de caráter profissional ou classista.

Há que se pensar coletivamente. Há que se confiar no outro. As palavras de ordem são cooperação, confiança, solidariedade, equilíbrio, as mesmas que regem, atualmente, as relações obrigacionais na contemporaneidade.

Nesse cenário, ganham protagonismo a ética, a lealdade, o cuidado que as partes devem ter para preservar a relação contratual, seguindo a tendência do direito contratual pós-moderno. Os princípios clássicos cedem espaço a novos princípios contratuais: a boa-fé, a função social e o equilíbrio contratual, refletindo o maior valor dado a direitos fundamentais constitucionais – no caso, a saúde –, em verdadeira publicização de direitos privados patrimoniais, envolvendo os contratos privados de assistência à saúde.

Valores como solidariedade e confiança devem permear a execução desses contratos que têm o tempo como elemento desejado, buscado e preservado.

As contratações coletivas empresariais consubstancial relações de alta complexidade que, atualmente, vem gerando profunda discussão no que tange aos direitos e deveres assumidos pelas partes, a sua regular e esperada execução de forma equilibrada, o atingimento da finalidade a que se propõe ao longo do tempo e a eventual necessidade de se

revisitarem algumas de suas condições originalmente contratadas a fim de garantir a sua perenidade em um ambiente que envolve relacionamento de natureza trabalhista (entre a estipulante e seu empregado), mas também uma relação de nítido caráter civil (entre a operadora e a estipulante) e que comporta relação de consumo (entre a operadora e o beneficiário).

O trabalho busca também avaliar, dentro de um relacionamento contratual marcado pela confiança e pela expectativa de perenidade contratual, em um cenário de desequilíbrio contratual decorrente de fatores supervenientes, em que circunstâncias têm sido admitidas alterações durante a execução dos contratos coletivos de assistência à saúde – ainda que desfavoráveis ao credor – voltadas à preservação da boa-fé objetiva que deve permear o relacionamento das partes ao longo de todo o programa contratual e, como consequência, cumprir regularmente a sua função social.

Analisaremos, ainda, recentes precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos quais restou reconhecida, em casos específicos, a possibilidade de implementação de alterações no que tange às condições desses contratos coletivos de assistência à saúde, priorizando a cooperação, a proporcionalidade e a perenidade da relação contratual, bem como o prevalecimento do interesse geral das partes em detrimento do interesse individual de qualquer uma delas.

Considerando que os planos coletivos empresariais de assistência à saúde possuem natureza *sui generis*, pois são firmados entre empresas, mas conferem caráter existencial aos seus beneficiários, e que, por sua configuração jurídica, envolvem a incidência de regramento relativo a diferentes figuras típicas (estipulação de terceiro, contrato de seguro e contrato de prestação de serviços) que agregam condições e requisitos à legislação e regulamentação que trata dos planos privados de assistência à saúde, revela-se necessária a análise de sua natureza heterogênea.

Definido o arcabouço jurídico que incide sobre essa espécie contratual, e considerada a expectativas dos contratantes de longa duração, vale uma incursão nas teorias relativas aos contratos de longo prazo, visto que o tempo é uma variável essencial na sua execução.

Considerada a sua face relacional, este trabalho analisará, ainda, o caráter dinâmico dessa relação obrigacional diante do decurso do tempo para sua execução e a incidência e cumprimento pelas partes dos deveres anexos de conduta de forma ampliada, seja porque se trata de um contrato de longo prazo, seja porque busca preservar um direito fundamental

garantido constitucionalmente. Nesse sentido, será analisada a incidência do princípio da boa-fé objetiva em um contexto obrigacional dinâmico, voltado à preservação da coerência, da informação e, em especial, da cooperação e confiança entre partes visando garantir a perenidade do contrato e o atendimento das expectativas das partes.

Serão analisadas as hipóteses em que se deve efetuar a revisão das condições contratuais originalmente estabelecidas, diante da quebra dos deveres anexos oriundos da boa-fé objetiva ao longo do tempo dessa relação obrigacional complexa envolvendo operadoras/seguradoras, empresas contratantes e beneficiários.

No contexto voluntarista, será abordado o dever de renegociação, que tem como mola propulsora evitar a frustração do contrato mediante a efetiva cooperação entre as partes, o prevalecimento do interesse coletivo e a continuidade do vínculo contratual.

Por fim, será feita uma reflexão quanto ao uso do princípio da boa-fé objetiva para a solução de controvérsias envolvendo contratos coletivos empresariais de assistência à saúde com o objetivo de se verificar se a sua utilização tem cumprido as diretrizes dogmáticas.

CONCLUSÃO

Diante de toda a análise feita ao longo deste trabalho, é possível concluir que os planos privados de assistência à saúde – com especial destaque aos contratos sob a forma coletiva empresarial, em que a empresa contrata determinada cobertura assistencial de natureza médico-hospitalar junto a uma operadora em benefício de seus empregados – têm um papel primordial na proteção da saúde no Brasil, revelando-se como principal instrumento viabilizador desse direito fundamental na esfera privada.

Esse mercado passou um longo período sem regulamentação, até a promulgação da Lei nº 9.656/1998 e a criação da ANS, que passou a ser o órgão competente em âmbito nacional para regulamentar, normatizar, controlar e fiscalizar as atividades que garantam a assistência suplementar à saúde. Iniciou-se um período de forte dirigismo contratual, em que o Estado passou a ditar as regras e controlar as condições assistenciais desse serviço. Foram abordadas de forma breve as diferentes formas de contratação, concentrando esforços neste estudo na análise dos contratos coletivos empresariais, modalidade que prevalece no mercado de hoje (aproximadamente 70% do total de planos privados atualmente em vigor).

O plano privado de assistência à saúde, definido no art. 1º da Lei nº 9.656/1998, revela que essa figura contratual, apesar de regulada por lei especial – exceto os contratos celebrados antes de sua promulgação (contratos antigos ou não-regulamentados) aos quais se aplicam as condições contratuais pactuadas e regramento geral do Código Civil – congrega elementos essenciais típicos da figura de seguro e de estipulação em favor de terceiros (considerando a modalidade selecionada para análise neste trabalho).

Os interesses dos que ocupam as várias posições jurídicas no contrato coletivo empresarial de assistência à saúde são distintos. Ao estipulante interessa oferecer vantagem da adesão aos membros do grupo, sejam estes seus empregados ou associados, por exemplo. Esta vantagem atrai o interesse dos beneficiários (tanto que, no âmbito das relações de trabalho, a eventual prestação do empregador para custear total ou parcialmente o plano pode assumir natureza remuneratória). Por outro lado, o interesse dos membros do grupo na adesão é o acesso e fruição dos serviços de saúde que integram o plano, ou em outros termos, a garantia aos riscos de saúde que a disponibilidade dos serviços, quando necessário, oferece. Para tanto, quando se obriguem à contraprestação pecuniária, tem o interesse legítimo ao equilíbrio das prestações, ou seja, entre o custo dos serviços e a remuneração devida e repartida pelos membros do grupo. A operadora do plano de saúde, de sua vez, organiza-se

sob a forma empresarial, razão pela qual vincula-se à finalidade lucrativa, supondo o equilíbrio econômico entre o custo da prestação dos serviços e sua respectiva remuneração.

Em relação ao contrato típico de seguro, destaca-se o risco de sinistro que é assumido (i) pela operadora de plano de saúde, quando este adota a modalidade pré-pagamento, exigindo-se a apuração de uma mensalidade paga de forma prévia, tendo por base cálculo técnico-atuarial com base no perfil do grupo de beneficiários de forma que seja suficiente para fazer frente às despesas estimadas, ou (ii) pelo estipulante, quando este opta pela contratação sob modalidade pós-pagamento, na qual a despesa médica é conhecida e cobrada pela operadora apenas após a sua realização. Ao lado do risco, destacamos também o mutualismo, que também se apresenta como a base dos contratos de plano de saúde, garantindo a solidariedade dentro do grupo e a prevalência do interesse coletivo de garantir o custeio de despesas dos beneficiários que necessitem dos serviços, viabilizando economicamente o contrato.

Outra figura que integra os contratos coletivos empresariais de assistência à saúde é a estipulação em favor de terceiro, amplamente reconhecida em precedentes analisados pelo STJ, parecendo-nos que merece melhor reflexão quanto à questão da legitimidade do estipulante (quando este participa do custeio do plano) na hipótese de ações que busquem revisão de qualquer condição assistencial ou financeira do plano de saúde por iniciativa do beneficiário ou da operadora.

Os contratos coletivos empresariais de assistência à saúde, portanto, são contratos mistos, formando verdadeiro mosaico de conceitos existentes em outras figuras típicas, formando uma figura completa, única e orgânica.

Uma distinção relevante neste estudo consiste no enquadramento dos contratos coletivos empresariais de assistência à saúde como contratos existenciais ou empresariais, conforme nova dicotomia criada pela doutrina contratual contemporânea. Afinal, temos duas empresas figurando como contratantes no instrumento contratual. Foi possível concluir, após análise das considerações existentes por renomados juristas acerca de cada uma delas e aspectos específicos dessa relação contratual coletiva, que de plano coletivo empresarial de saúde é um contrato existencial, com incidência forte dos novos princípios contratuais.

Outro elemento relevante relacionado a essa espécie contratual é o tempo. Contratos de assistência à saúde são contratos de longa duração, elemento buscado e querido entre as partes. A análise da relação existente mostra que são contratos complexos, em que há claro desnível de conhecimento técnico e de acesso a informações entre as partes, sendo possível

o seu enquadramento como contratos relacionais ou contratos cativos de longa duração, considerando que, em sua grande maioria das vezes, constituem-se como relações de consumo, entendimento já sedimentado na Súmula 608 do STJ.

Com base nessas premissas, efetuamos uma análise breve do princípio da boa-fé objetiva. Após exposição de sua origem e a diferenciação da boa-fé subjetiva, expressamente introduzido na legislação brasileira, expusemos os deveres anexos de conduta a que estão sujeitas as partes de um vínculo contratual, em maior ou menor grau.

No caso dos contratos coletivos empresariais de assistência à saúde, diante da essencialidade do direito envolvido na prestação, seu grau é elevado, existindo elevado grau de confiança entre as partes de que todos colaborarão para a sua perenidade. Aqui está presente o elemento moral, imposto pelo princípio da boa-fé, em que sobressai a ideia de confiança. Confiar é ter a “expectativa mútua de que [em um contrato] nenhuma parte irá explorar a vulnerabilidade da outra”¹⁷⁰.

Os contratos de planos de assistência à saúde são contratos de cooperação, em que a solidariedade deve estar presente não só como mutualidade que caracteriza essa avença, mas como cooperação entre as partes, como divisão paradigmático-objetiva e não subjetiva da sinistralidade; como cooperação para a manutenção dos vínculos e do sistema suplementar de saúde, possibilidade de acesso ao sistema e de contratar; e organização do sistema para possibilitar a realização das expectativas legítimas do contratante mais fraco.

A alteração das circunstâncias que serviu como base do negócio jurídico e violação do princípio da boa-fé objetiva por quaisquer das partes, mediante a quebra dos deveres a ele relacionados (dever de coerência, informação e cooperação) poderá ser a mola propulsora que admitirá a revisão do contrato coletivo empresarial – seja esta voluntária (renegociação) ou judicial.

A interação entre as partes visando o reequilíbrio contratual devem se guiadas pelo princípio da conservação dos contratos, até porque ninguém se beneficiará com o término dessa relação.

Os contratos de plano de saúde devem cumprir a função social de prestar o serviço de saúde de forma adequada e correta do ponto de vista técnico. Por conter muitas vezes cláusulas abusivas, ou sofrer desequilíbrios ao longo do tempo que coloquem uma das partes em manifesta desvantagem, o Poder Judiciário é chamado a corrigir as distorções,

¹⁷⁰ Veja-se: MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. *Contratos relacionais e defesa do consumidor*. São Paulo: Max Limonad, 2007. p. 179.

reequilibrando a relação entre operadoras e consumidores.

O juiz tem papel relevante na concreção do princípio da boa-fé objetiva. Sendo a cláusula geral uma norma que permite a solução do caso, é apropriado para a sua aplicação ter sempre como norte a solução do problema, mas pautando-se sempre na legislação e regulamentação vigente e adotando o princípio da boa-fé somente quando houver, efetivamente, espaço para a sua adoção como fundamento para o seu uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR JR., Ruy Rosado de. Contratos relacionais, existenciais e de lucro. *Revista Trimestral de Direito Civil*, v. 45, p. 91-110, jan.-mar. 2011.

AGUIAR JR., Ruy Rosado de. *Extinção dos contratos por incumprimento do devedor*. Rio de Janeiro: AIDE, 2004.

AGUIAR JR., Ruy Rosado de. O Poder Judiciário e a concretização das cláusulas gerais: limites e responsabilidade. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, v. 18, p. 221-228, 2000.

ALMEIDA, Celia et al. The Brazilian health system: history, advances, and challenges. *The Lancet*, v. 377, May 2011. p. 1784-1785. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(11\)60054-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(11)60054-8/fulltext). Acesso em: 14 jun. 2019.

ALMEIDA DA COSTA, Mário Júlio. *Direito das obrigações*. Coimbra: Almedina, 1991.

ALVES, José Carlos Moreira; REALE, Miguel. *Principais controvérsias no novo Código Civil*: textos apresentados no II Simpósio Nacional de Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2006.

ALVIM, Pedro. *O contrato de seguro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

AMARAL, Francisco. *Direito civil*: introdução. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

ANS. *Caderno de informação da saúde suplementar: beneficiários, operadoras e planos – setembro 2017*. p. 13. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor>. Acesso em: 25 jun 2019.

ANS. *Caderno de informação da saúde suplementar: beneficiários, operadoras e planos – junho 2019*. p. 20. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ANTUNES VARELA, João de Matos. *Das obrigações em geral*. 10. ed. rev. e atual. Coimbra: Almedina, 2000. v. I.

ASCENSÃO, José de Oliveira. A alteração das circunstâncias e justiça contratual no novo Código Civil. *Universitas Jus*, Brasília, n. 11, 2003.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. O novo Código Civil brasileiro: tramitação; função social do contrato; boa-fé objetiva; teoria da imprevisão e, em especial, onerosidade excessiva (*laesio enormis*). In: FACHIN, Luiz Edson; TEPEDINO, Gustavo. *O direito e o tempo: embates jurídicos e utopias contemporâneas – Estudo em homenagem ao Professor Ricardo Pereira Lira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. A boa-fé na formação dos contratos. In: NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade (org.). *Responsabilidade civil – direito de obrigações e direito negocial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. v. 2.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. A boa-fé na formação dos contratos. *Revista de Direito do Consumidor*, n. 3.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Cláusula cruzada de não indenizar (*cross-waiver of libability*) ou cláusula de não indenizar com eficácia para ambos os contratantes. *Revista dos Tribunais*, n. 769, nov. 1999.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Diálogos com a doutrina: entrevista com Antonio Junqueira de Azevedo. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 34, abr.-jun. 2008.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Entrevista. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro: Padma, ano 9, v. 34, abr.-jun. 2008.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Insuficiências, deficiências e desatualização do Projeto de Código Civil na questão da boa-fé objetiva nos contratos. *Revista Trimestral de Direito Civil*, v. 1, n. 1, jan.-mar. 2000.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Natureza jurídica dos contratos de consórcio. Classificação dos atos jurídicos quanto ao número de partes e quanto aos efeitos. Os contratos relacionais. A boa-fé nos contratos relacionais. Contratos de duração. Alteração das circunstâncias e onerosidade excessiva. Sinalagma e resolução contratual. Resolução parcial do contrato. Função social do contrato. *Revista dos Tribunais*, v. 832, fev. 2005.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Negócio jurídico – existência, validade e eficácia*. 4. ed. atual. de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2002.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Novos estudos e pareceres de direito privado*. São Paulo: Saraiva, 2009.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. O direito pós-moderno e a codificação. *Revista da Faculdade de Direito*, São Paulo: USP, v. 94, jan. 1999.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. O princípio da boa-fé nos contratos. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, Brasília: CJF, v. 9, set.-dez. 1999.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. (Parecer) Natureza jurídica do contrato de consórcio (sinalagma direto). Onerosidade excessiva em contrato de consórcio. Resolução parcial do contrato. In: AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Novos estudos e pareceres de direito privado*. São Paulo: Saraiva, 2009.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Relatório brasileiro sobre revisão contratual apresentado para as Jornadas Brasileiras da Associação Henri Capitant. In: AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Novos estudos e pareceres de direito privado*. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARBUGIANI, Luiz Henrique Sormani. *Plano de saúde: doutrina, jurisprudência e legislação*. São Paulo: Saraiva, 2015.

BAÚ, Marilise Kostenalki. *O contrato de assistência médica e responsabilidade civil: contratos particulares de assistência médica e contratos envolvendo planos e convênios de saúde*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

BIANCA, C. Massimo. La nozione de buona fede quale regola de comportamento contrattuale. *Rivista di Diritto Civile*, Padova: CEDAM, ano XXIX, p. 205-216, 1983.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. E-book.

BODRA, Maria Eugênia Ferraz do Amaral. O contrato coletivo empresarial de assistência à saúde. In: COELHO, Fábio Ulhoa (coord.). *Tratado de direito comercial: obrigações e contratos empresariais*. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAMILLETTI, Francesco. *Profili del problema dell'equilibrio contrattuale*. Milano: Giuffrè, 2004.

CAMPOS, Diogo Leite de. *Contratos a favor de terceiro*. Coimbra: Almedina, 1980.

CANARIS, Claus-Wilhelm. *Direitos fundamentais e direito privado*. Trad. Ingo Wolfgang Sarlet e Paulo Mota Pinto. 2ª reimpressão. Coimbra: Almedina, 2016.

CARLINI, Angélica; FARIA, Maria da Glória. Fundamentos jurídicos e técnicos dos contratos de seguro – o dever de proteção da mutualidade. In: CARNEIRO, Luiz Augusto Ferreira. *Planos de saúde: aspectos jurídicos e econômicos*. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CARNEIRO, Luiz Augusto Ferreira. *Plano de saúde: aspectos jurídicos e econômicos*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

CARNEIRO, Luiz Augusto Ferreira. Princípios básicos de seguros e planos de saúde. In: CARNEIRO, Luiz Augusto Ferreira. *Planos de saúde: aspectos jurídicos e econômicos*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

CARVALHO, Patrícia Myuki Hayakawa de. *Contratos existenciais e de lucro: uma nova tipologia*. Dissertação (Mestrado de Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CECHIN, José. *A história e os desafios da saúde suplementar: 10 anos de regulação*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. *Da boa-fé no direito civil*. 6ª reimpressão. Coimbra: Almedina, 2015.

COUTO E SILVA, Clóvis do. *A obrigação como processo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COUTO E SILVA, Clóvis do. O princípio da boa-fé no direito brasileiro e português. In: FRADERA, Véra Maria Jacob de (org.). *O direito privado brasileiro na visão de Clóvis Couto e Silva*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

DALLARI, Sueli Gandolfi. A construção do direito à saúde no Brasil. *Revista de Direito Sanitário*, v. 9, n. 3, nov. 2008-fev. 2009.

DALLARI, Sueli Gandolfi et al. O direito sanitário e seu campo no Brasil. In: DALLARI, Sueli Gandolfi; AITH, Fernando; MAGGIO, Marcelo P. *Direito sanitário: aspectos contemporâneos da tutela do direito à saúde*. Curitiba: Juruá, 2019.

DIÉZ-PICAZO, Luis. Prólogo. In: WIEACKER, Franz. *El principio general de la buena fe*. Madrid: Civitas, 1977.

FACHIN, Luiz Edson. *Doutrinas essenciais: obrigações e contratos: contratos: princípios e limites*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. III.

FACCHINI NETO, Eugênio. Reflexões histórico-evolutivas sobre a constitucionalização do direito privado. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). *Constituição, direitos fundamentais e direito privado*. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

- FIGUEIREDO, Gabriel Seijo Leal de. Estipulação em favor de terceiro. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (coords.) *Teoria geral dos contratos*. São Paulo: Atlas, 2011.
- FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. *Curso de direito de saúde suplementar – manual jurídico de planos e seguros de saúde*. São Paulo: MP Editora, 2006.
- FRADERA, Véra Maria Jacob de (org.). *O direito privado brasileiro na visão de Clóvis do Couto e Silva*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- FRANTZ, Laura Coradini. *Revisão dos contratos*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- GALLO, Paolo. *Contrato e buona fede: buona fede in senso oggettivo e trasformazioni del contratto*. Seconda Edizione. Torino: UTET Giuridica, 2014.
- GHERSI, Carlos Alberto. *Contrato de medicina prepaga*. Buenos Aires: Astrea, 1993.
- GODOY, Claudio Luiz Bueno de. A prescrição e o contrato de seguro-saúde. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore; MARTINS, Fernando Rodrigues. *Temas relevantes do direito civil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2012.
- GOMES, Orlando. *Contratos*. 26. ed. atual. de acordo com o Código Civil de 2002, por Antonio Junqueira de Azevedo e Francisco Paulo de Crescenzo Marino. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- GOMES, Orlando. *Contratos*. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- GORDON, Robert W. Macaulay, Macneil e a descoberta da solidariedade e do poder no direito contratual. *Revista Direito GV*, v. 3, n. 1, p. 187-202, jan.-jun. 2007.
- GRAMSTRUP, Erik Frederico. Contratos relacionais. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (coords.). *Teoria geral dos contratos*. São Paulo: Atlas, 2011.
- GREGORI, Maria Stella. *Planos de saúde: a ótica da proteção do consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
- GODOY, Claudio Luiz Bueno de. *Função social do contrato de acordo com o novo Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- HAVIGHURST, Clark C.; BLUMSTEIN, James F.; BRENNAN, Troyen A. *Health care Law and policy*. 2. ed. New York: Foundation Press, 1998.

- KARAM-SILVEIRA, Marco Antonio. Contratos cativos de longa duração: tempo e equilíbrio nas relações contratuais. In: MARQUES, Claudia Lima (coord.). *A nova crise do contrato: estudos sobre a nova teoria contratual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- LABORDERIE, Anne-Sophie. *La pérennité contractuelle*. Paris: LGDJ, 2005.
- LATRASSE, Michel; COUILBAULT, François; ELIASHBERG, Constant. *Les grands principes de l'assurance*. 5. ed. Paris: Dalloz, 2002.
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. Boa-fé no direito civil: do princípio jurídico ao dever geral de conduta In: LOBO, Fabíola Albuquerque; EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; PAMPLONA FILHO, Rod LÔBO olfo (coord.); LÔBO, Paulo Luiz Netto (coord. científica). *Boa-fé e sua aplicação no direito brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2017. E-book.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. Consumidores de seguros e planos de saúde. In: *Saúde e responsabilidade: seguros e planos de assistência privada à saúde*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- LORENZETTI, Ricardo. *Tratado de los contratos*. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni. t. I.
- MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. *Contratos relacionais e defesa do consumidor*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. Interpretação da boa-fé nos contratos brasileiros: os princípios jurídicos em uma abordagem relacional (contra a euforia principiológica). In: MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto; BARBIERI, Catarina Helena Cortada (org.). *Direito e interpretação – racionalidades e instituições*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MACHADO, Mauro Conti; BOTTÊSINI, Ângelo. *Lei dos Planos e Seguros de Saúde comentada artigo por artigo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. E-book.
- MACNEIL, Ian R. *O novo contrato social: uma análise das relações contratuais modernas*. Trad. Alvamar de Campos Andrade Lamparelli. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- MARENSI, Voltaire. *O seguro no direito brasileiro*. 6. ed. Porto Alegre: Síntese, 2000.
- MARENSI, Voltaire. *O seguro no direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- MARQUES, Claudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- MARQUES, Claudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

MARQUES, Claudia Lima et al. *Saúde e responsabilidade: a nova assistência privada à saúde*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MARQUES, Claudia Lima et al. *Saúde e responsabilidade 2: a nova assistência privada à saúde*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MARQUES, Claudia Lima Marques; MIRAGEM, Bruno. Seguros e planos de assistência à saúde: risco, solidariedade e os direitos do consumidor. In: CARLINI, Angélica; MIRAGEM, Bruno (org.). *Direito dos seguros*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé e o seguro no novo Código Civil brasileiro (virtualidades da boa-fé como regra e como cláusula geral). *III Fórum de Direito do Seguro “José Sollero Filho”*. São Paulo: EBDS, 2003.

MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito privado*. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito privado – critérios para sua aplicação*. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MARTINS-COSTA, Judith. Critérios para aplicação do princípio da boa-fé objetiva (com ênfase nas relações empresariais). In: FRADERA, Vera Jacob; MARTINS-COSTA, Judith. *Estudos de direito privado e processual civil*. São Paulo, RT, 2014.

MARTINS-COSTA, Judith. Mercado e solidariedade social entre cosmos e taxis: a boa-fé nas relações de consumo. In: *A reconstrução do direito privado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MENEZES CORDEIRO, Antonio Manuel da Rocha. *Da boa-fé no direito civil*. Coimbra: Almedina, 2015.

MOREIRA ALVES, José Carlos; REALE, Miguel. *Principais controvérsias no novo Código Civil: textos apresentados no II Simpósio Nacional de Direito Civil*. São Paulo: Saraiva, 2006.

MORSELLO, Marco Fábio. Contratos existenciais e de lucro. Análise sob a ótica dos princípios contemporâneos. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore; MARTINS, Fernando Rodrigues. *Temas relevantes do direito civil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2012.

MOSSET ITURRASPE, Jorge. *La frustración del contrato*. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 1991.

NANNI, Giovanni Ettore. A obrigação de renegociar no direito contratual brasileiro. *Revista do Advogado*, ano XXXII, n. 116, jul. 2012.

NANNI, Giovanni Ettore. O dever de cooperação nas relações obrigacionais à luz do princípio constitucional da solidariedade. In: NANNI, Giovanni Ettore (coord.). *Temas relevantes do direito civil contemporâneo: reflexões sobre os cinco anos do Código Civil*. São Paulo: Atlas, 2008.

NEGREIROS, Teresa. A dicotomia público-privado frente ao problema da colisão de princípios. In: TORRES, Ricardo Lobo (org.). *Teoria dos direitos fundamentais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

NEGREIROS, Teresa. *Fundamentos para uma interpretação constitucional do princípio da boa-fé*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

PAPALEO, João Cesar Guaspari. *Contrato a favor de terceiro*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PARADELLA, Rodrigo. Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. *Agência IBGE*. 26 de abril de 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PASQUALOTTO, Adalberto. A regulamentação dos planos e seguros de assistência à saúde: uma interpretação construtiva. In: MARQUES, Cláudia Lima (org.). *Saúde e responsabilidade: seguros e planos de assistência privada à saúde*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

PENTEADO, Luciano de Camargo. *Efeitos contratuais perante terceiros*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: contratos*. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. III.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*. Campinas: Bookseller, 2003. v. 26.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte especial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. XLV.

POVEDA VELASCO, Ignacio. A boa-fé na formação dos contratos (direito romano). *Revista de Direito Civil*, v. 61, p. 755-765, jul.-set. 1992.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. Boa-fé não pode ser uma varinha de condão nas lições de Jan Peter Schmidt. *Conjur*. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-dez/10/direito-comparado-boafefe-objetiva-nao-varinha-condao-lico-es-jan-peter-schmidt>. Acesso em: 29 ago. 2019.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. *Revisão judicial dos contratos: autonomia da vontade e teoria da imprevisão*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ROPPO, Enzo. *O contrato*. Coimbra: Almedina, 2009.

ROSENVALD, Nelson. *Dignidade humana e boa-fé no Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SAKAMOTO, Luciana Mayumi. *O modelo de pós-pagamento nos contratos de plano de saúde e a viabilização do direito de extensão do benefício pós-emprego*. São Paulo: Almedina, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang (org.). *Constituição, direitos fundamentais e direito privado*. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SARRUBO, Mariângela. A saúde na Constituição Federal e o contexto para recepção da Lei nº 9.656/98. In: MARQUES, Cláudia Lima (org.). *Saúde e responsabilidade: seguros e planos de assistência privada à saúde*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

SCAFF, Fernando Campos. *Direito à saúde no âmbito privado: contratos de adesão, planos de saúde e seguro-saúde*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SCAFF, Fernando Facury; NUNES, António José Avelãs. *Os Tribunais e o direito à saúde*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

SCHÄFER, Jairo. *Classificação dos direitos fundamentais: do sistema geracional ao sistema unitário – uma proposta de compreensão*. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

SCHEFFER, Mário; AITH, Fernando Mussa Abujamra. O sistema de saúde brasileiro. *Clínica Médica*, v. 1, [S.l: s.n.], 2016.

SCHMIDT, Jan Peter. Dez anos do art. 422 do Código Civil: luz e sombra na aplicação do princípio da boa-fé objetiva na prática judicial brasileira. In: GOMES, Elena de Carvalho; MARX NETO, Edgard Audomar; FÉRES, Marcelo Andrade. *Estudos de direito privado: liber amicorum* para João Baptista Villela. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

SCHREIBER, Anderson. *A proibição de comportamento contraditório: tutela da confiança e venire contra factum proprium*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016. E-book.

SCHREIBER, Anderson. *Equilíbrio contratual e dever de renegociar*. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SCHUNCK, Giuliana Bonnano. *Contratos de longo prazo e dever de cooperação*. São Paulo: Almedina, 2016.

SILVA, Jorge Cesa Ferreira da. *A boa-fé e a violação positiva do contrato*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 212, abr.-jun. 1998.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

SILVA, Luís Renato Ferreira da. O tempo no direito e o tempo do direito. In: MARTINS-COSTA, Judith (coord.). *Narrativa e normatividade: ensaios de direito e literatura*. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2013.

SOMBRA, Thiago Luís Santos. *Adimplemento contratual e cooperação do credor*. São Paulo: Saraiva, 2011.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Boa-fé no Código Civil brasileiro: dez anos de experiência. In: CASSETTARI, Christiano (coord.); VIANA, Rui Geraldo Camargo (orient.). *10 anos da vigência do Código Civil brasileiro de 2002: estudos em homenagem ao Professor Carlos Alberto Dabus Maluf*. São Paulo: Saraiva, 2013.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. *Informação assimétrica, custos de transação, princípio da boa-fé*. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2007.

TZILRUNIK, Ernesto; CAVALCANTI, Flávio de Queiroz B.; PIMENTEL, Ayrton. *O contrato de seguro de acordo com o Código Civil brasileiro*. São Paulo: Roncarati, 2016.

UDA, Giovanni Maria. *La buona fede nell'esecuzione del contratto*. Torino: G. Giapicchelli (in collaborazione con Università de Sassari – Facoltà de Giurisprudenza), 2004.

VARELA, João de Matos Antunes. *Das obrigações em geral*. 9. ed. Coimbra: Almedina, 1998. v. I.

VARELA, João de Matos Antunes. *Das obrigações em geral*. 10. ed. Coimbra: Almedina, 2009.

VASCONCELOS, Pedro Pais de. *Contratos atípicos*. Dissertação de doutoramento. 2. ed. Lisboa: Almedina, 2009.